



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A SUA DIMENSÃO DEMOCRACIA ECONÔMICA

Pompilio Locks Filho

Mestrando em Ciência Política pela UFRGS

E-mail: pomlocks@gmail.com

1. Introdução

Este trabalho parte de uma análise das insuficiências da teoria neoliberal, especificamente em seu plano político, enquanto ideário incapaz de responder as demandas de emancipação social e inversão das estruturas de poder enraizadas na sociedade em que vivemos. Tomamos tal modelo como a prática hegemônica em nossas sociedades e enumeramos, de acordo com a bibliografia consultada, cinco problemas deixados pela teoria da democracia neoliberal que, no mínimo, nos levam a pensar sobre a conjugação de outras formas de democracia para suprir tais lacunas.

Em um segundo momento, tendo em vista a incompletude do modelo hegemônico, abordamos sumariamente duas das diversas teorias alternativas de democracia que consideramos principais: a deliberativa e a participativa. Sustentamos que, apesar de suas diferenças, ambas se complementam mais do que divergem. Em seguida, trazemos as principais abordagens destas correntes quando transpostas para a esfera econômica delimitando a especificidade de cada modelo.

Por último, este artigo busca verificar em que medida a economia solidária, enquanto prática que se postula como alternativa ao modelo hegemônico de pensar a economia e a política pode engendrar uma sociedade mais justa e democrática. Este trabalho apresentará os resultados parciais da pesquisa de mestrado em desenvolvimento, cujo principal objetivo é verificar a diversidade de dimensões que a democracia adquire no campo econômico, especificamente o que hoje denominamos de economia solidária. Para tanto, propomos analisar doze empreendimentos econômicos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

solidários (EES), bem como fóruns realizados em nível municipal e regional sobre o tema¹.

2. As limitações da ideologia liberal e a necessidade da ampliação do debate.

A queda do muro de Berlim simbolizou o colapso do socialismo soviético e a crise teórica de diversas correntes de esquerda enquanto ideologia que apresentou possibilidades viáveis para os problemas modernos de emancipação social. A partir de então, o pensamento liberal de democracia representativa e de capitalismo de livre mercado se torna hegemônico no mundo ocidental (SANTOS; AVRITZER, 2002). Especificamente a democracia representativa possui algumas características básicas (BOBBIO, 1995): a garantia de direitos políticos, ou seja, de expressar sua própria opinião e de escolher representantes, o voto de igual peso prevalecendo regra da maioria, a concorrência entre partidos com projetos diferentes, a liberdade de imprensa e de organização social, a autonomia entre os poderes executivo, legislativo e judiciário e, por último, que nenhuma decisão tomada pela maioria limite os direitos da minoria. Embora com diferenças substanciais entre alguns autores, essencialmente no que se refere ao papel da sociedade civil, grande parte considera que a forma mais factível de democracia acontece através do voto periódico e do estabelecimento de governantes eleitos e governados eleitores, em um sistema que respeite as regras do jogo (SARTORI, 2003; DAHL, 2001).

Enfatizamos que o arcabouço teórico deste modelo limita-se a arranjos institucionais dentro da perspectiva descrita por Bobbio (1995), não almejando uma ampliação das esferas de participação na sociedade, pois se o receituário for seguido corretamente, as imperfeições do sistema serão automaticamente ajustadas, levando um país à estabilidade e, em consequência, à participação da sociedade civil organizada e politizada, desde que esta não cause instabilidade nas instituições.

¹ Até o momento da escrita deste texto, somente cinco empreendimentos foram analisados. Em relação aos fóruns, participamos de quatro Fóruns de Recicladores de São Leopoldo (FRSL), um Fórum de Economia Solidária de São Leopoldo (FESL) e um Fórum dos Recicladores do Vale do Rio dos Sinos.



Partilhamos, neste trabalho, a concepção de que como proposta de respeito e defesa aos direitos individuais, o modelo liberal cumpre sua função. No entanto, como proposta de emancipação política e social, baseada na inversão das esferas de dominação e de poder, visando distribuí-lo de melhor maneira na sociedade, a democracia deve ser ampliada para além de seu modelo hegemônico. Por este viés, para Paul Hirst (1992)² e Castoriadis (2001), a democracia representativa sofre de algumas carências inerentes ao seu próprio projeto visto que não consegue, uma vez que não é seu objetivo, ultrapassar as barreiras que ela mesma construiu e assim acaba por reproduzir suas determinações e limitações.

Com base nestas constatações, Claude Lefort (1991) também argumenta que uma compreensão equivocada do Estado como possibilidade de um sistema neutro de poder levou a uma dissociação teórica e prática da vinculação que deveria existir entre as esferas estatais e a sociedade civil. Sendo assim, a teoria política necessita vislumbrar a democracia e a questão do poder para além das instituições políticas. Contribuindo para esta reflexão, Castoriadis (2001), bem como Boaventura de Souza Santos e Avritzer (2002), irão enfatizar a concepção de que os sistemas políticos são historicamente definidos, e que a democracia contemporânea só pode ser compreendida nos marcos do capitalismo e do consumo que constroem o indivíduo político. A partir desta crítica, podemos entender que estes autores reivindicam um caráter social para a democracia também baseado na ampliação das esferas de poder dentro da sociedade civil.

De acordo com autores que caminham em sentido oposto ao modelo hegemônico de democracia, situamos cinco contradições, ou, em outros termos, questões não resolvidas dentre as principais críticas que podemos fazer à democracia em seus moldes atuais.

Santos e Avritzer (2002) irão chamar de “patologia da representação” (1) o fato de que a democracia representativa não cumpre suas promessas de representação societária. Isso porque a imagem que o sistema de votação majoritário passa para os

² Neste contexto o autor está se posicionando criticamente à euforia alardeada de que o regime democrático difundido pela maioria dos países ocidentais era o único e o melhor possível.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

cidadãos de que a vontade da maioria dos eleitores se fará representada por determinados políticos profissionais não se justifica, tendo em vista que seu funcionamento no máximo apresenta uma visão distorcida dos interesses gerais da população. Não há como avaliar em que grau um esquema particular é representativo (CASTORIADIS, 2001), mas, a partir do momento em que questionamos a noção de representação, a democracia converte-se numa forma de poder exercido por políticos profissionais e funcionários públicos sobre o povo (HIRST, 1992).

Dessa primeira crítica emerge o que denominam de despotismo eletivo (2), uma vez que o eleitor não possui controle sobre os atos que o eleito terá em seu mandato (HIRST, 1992). Nesse sentido, após eleito, o político profissional atende aos interesses que mais lhe convém no momento e as verdadeiras decisões são tomadas de maneira discricionária, fato que converte a esfera pública em uma esfera notadamente privada (CASTORIADIS, 2001). Mesmo que após determinado período o eleitor possa repensar suas escolhas, existe uma dependência de um conjunto muito limitado de candidatos alternativos que, longe de ser uma defesa básica contra a máquina governamental, exploram ao máximo as possibilidades oferecidas por uma administração centralizada e hierárquica para tentar alcançar um pequeno número de objetivos próprios no curto prazo de tempo que lhes é destinado o poder.

Ambos os fatores supracitados se apóiam nas dificuldades de ações coordenadas (3) por parte dos integrantes do governo, fato que dificulta levar adiante amplos programas de mudança social e política (HIRST, 1992). Isto decorre do grande tamanho dos governos atuais que encontram resistências administrativas e diversas visões ministeriais que podem se contrapor a política geral. Além deste fato, podemos argumentar que a maioria dos partidos e homens de governo possui um “eletroencefalograma plano” (CASTORIADIS, 2001), ou seja, uma capacidade de criação e imaginação limitada. Também há uma falta de controle sobre o próprio governo, ou seja, um presidente, prefeito, ministro, não é capaz de compreender e coordenar o rol de acontecimentos dentro do Estado.

Estas dificuldades de ações coordenadas se complementam com uma crescente burocratização (4) que, se por um lado permite a continuidade de uma estrutura



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

administrativa, por outro dificulta o acesso de cidadãos aos aparatos do Estado, maquiando uma suposta neutralidade, enquanto determinados grupos são favorecidos. Para Hirst (1992) líderes de partidos e ministros não podem controlar ou dirigir diretamente mais que uma parcela insignificante das decisões, com isso grande parte do poder não é fiscalizado, sendo executado pelo burocrata que se impõe nas grandes organizações e se funde com os interesses financeiros (CASTORIADIS, 2001).

Estas quatro questões postas até agora se condensam no último ponto (5) que trataremos da democracia liberal. Partilhamos da idéia de que a autonomia dos poderes, tão estimada no pensamento liberal, não se concretiza na prática política da maneira teorizada, pois na maioria das vezes o executivo, ou partido majoritário, termina por imprimir a agenda, constringendo as atitudes dos outros poderes (HIRST, 1992; CASTORIADIS, 2001). Complementando este raciocínio, os autores citados argumentam que na maioria das vezes o poder judiciário, cuja responsabilidade é julgar os atos dos governos, acaba limitando sua atuação a pequenos atos administrativos de interesse secundário, com a justificativa de que os grandes atos de governo não podem ser interpelados.

Através destas críticas concordamos com Gugliano (2004), Boaventura de Souza Santos e Avritzer (2002) quando afirmam que devemos ampliar o cânone democrático para possibilitar uma maior inclusão dos cidadãos nas diversas esferas políticas de decisão. Desse modo, nos posicionamos contrários a posição defendida por Sartori (2003, p.27-28), para quem “democracia sin adjetivos se entiende como democracia política. Entre ésta y las otras democracias, la diferencia es que la democracia política es supraordenada y condicionante, y las otras son subordinadas y condicionadas.”. Desvelando as contradições do que Sartori caracteriza como democracia, pretendemos demonstrar neste trabalho que a complementaridade de uma democracia no campo econômico com uma democracia política participativa pode possibilitar um aprimoramento no funcionamento das instituições democráticas.

3. A Economia Solidária e a Democracia Econômica



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Com os dados recolhidos até então, podemos perceber que a constituição de um ambiente democrático no local de trabalho encontra diversos tipos de dificuldade. O próprio termo democracia quando inserido na arena produtiva adquire diversas conotações, da mesma maneira que o conceito de economia solidária que também reflete as divergências teóricas e as imprecisões dos próprios pesquisadores do tema. Para relacionar ambos os termos, portanto, tentaremos aprofundar na parte que segue o estudo sobre suas possíveis relações.

Existem diversas variáveis do conceito de democracia e um amplo debate sobre os pontos positivos e negativos de cada uma. No entanto, dentre esta variedade, é importante termos em conta o modelo de democracia hegemônico no mundo Ocidental, a democracia liberal representativa, cujos principais preceitos já foram explicitados e criticados na primeira parte deste trabalho. Quando este modelo é transposto para a economia (DAHL, 1985; 2001) não se pode esperar que as estruturas administrativas no local de trabalho satisfaçam os critérios do processo democrático em grau nem muito pior, nem muito melhor do que as estruturas democráticas no governo do estado. Assim sendo, um governo representativo teria que ser criado nas empresas para que estas fossem governáveis, porque uma assembleia sofreria de todas as debilidades da democracia direta em uma escala excessivamente grande.

Contrários a tal argumento, destacam-se os modelos de democracia participativa e de democracia deliberativa. A democracia participativa (Pateman, 1970) embora não pretenda substituir os mecanismos de representação, afirma que estes devem ser conjugados com espaços de participação direta dos cidadãos. A participação, por este viés, só ocorre quando duas ou mais partes influenciam-se reciprocamente na elaboração dos planos, políticas ou decisões de modo que para isso os empregados precisam possuir as informações necessárias sobre as quais possam basear a sua decisão. Para ser democrático, ademais, o governo precisa ser eleito e passível de remoção pelo corpo de empregados ou, deve ser instaurado um sistema de democracia direta na qual todos os trabalhadores tomam as decisões administrativas. Uma vez instaurado este sistema, os teóricos participativos partem do pressuposto de que com a experiência acumulada os indivíduos se tornam psicologicamente preparados para participar cada vez mais no futuro, tendo em vista que a estrutura de autoridade no local



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

de trabalho é provavelmente a mais significativa e notória com a qual um homem está em contato diário (PATEMAN, 1970; ALMOND e VERBA, 1963). Assim, a teoria participativa argumenta que a própria experiência da participação no local de trabalho irá desenvolver e forjar a personalidade democrática, isto é, as qualidades necessárias para o bom funcionamento do sistema democrático.

Já os modelos de democracia deliberativa têm como elemento principal a maneira como as vontades são formadas a ponto de tornarem-se decisões coletivas, destacando-se o conceito de esfera pública (Habermas, 1997). Este conceito apreende que existe uma imensidão de demandas periféricas reprimidas pelo sistema político que devem tornar-se públicas para melhorar a qualidade de nossas democracias. Ao fazer este trajeto, da sociedade civil para a esfera pública, transmite-se um fluxo comunicativo que deve ser condensado pelo sistema político, tornando aplicável e generalizável para a sociedade como um todo. Deste movimento estrutura-se a tensão entre o poder comunicacional e o poder administrativo, tendo este último a tendência a integrar o primeiro como uma de suas funções. A relação da teoria deliberativa transposta para a economia será feita por Laville (2004) irá argumentar que os empreendimentos não podem ser idealizados e que esta tensão existente entre estes dois poderes também está presente quando analisamos a democracia na esfera econômica.

Sustentamos, neste texto, que antes destes dois modelos alternativos de democracia divergirem, ambos se complementam. Comparados, a principal diferença reside na opção do modelo deliberativo pelo diálogo racional para a produção de consensos enquanto a teoria participativa centra-se no voto e na sua ampliação. No âmbito da economia solidária, como se verá, ambas também se articulam. Enquanto no gerenciamento das fábricas predomina um misto entre decisões participativas centradas no voto e diálogos deliberativos informais entre os membros, nas esferas de participação ampliadas como nos fóruns municipais e regionais, predomina a deliberação sobre temas comuns.

4. Os empreendimentos e a democracia



Diversos teóricos afirmam que a economia solidária surge no Brasil, como uma resposta inovadora de gestão à hierarquização instaurada no cooperativismo tradicional desde a década de 1970. Inovadora justamente por estes empreendimentos se organizarem sob a forma autogestionária e cooperativa, que concede um “âmago distinto” a esta forma de economia (GAIGER, 2004). Problematicando tais assertivas, apresentaremos aqui a parte inicial de uma análise qualitativa que está sendo feita através de entrevistas semi-estruturadas, observações das reuniões e assembléias de alguns empreendimentos, bem como das redes que estes estabelecem com o objetivo de captar um conjunto de experiências³ reveladoras das percepções e das práticas dos trabalhadores nos processos democráticos que ocorrem no ambiente de trabalho.

Nos empreendimentos cujos processos de participação resultam mais complexos percebemos a necessidade de entrevistarmos mais de um trabalhador para cotejar óticas distintas do processo. Nos empreendimentos em que a quantidade de associados é menor e os processos de decisão mais simplificados não achamos necessário a realização de mais do que uma entrevista. Para compreendermos as variações da democracia de acordo com algumas variáveis⁴, os empreendimentos foram divididos de acordo com o número de sócios/trabalhadores que possuem:

Figura 1: empreendimentos que serão analisados
Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)

Nome do grupo	Quantidade de sócios	Ano de formação	Ramo
Grupo 1 (Pequeno Porte) 5 a 9 sócios			
EES A	cinco	2009	artesanato/alimentação
EES B	cinco	2007	artesanato/alimentação
EES C	seis	2005	artesanato/alimentação
EES D	nove	2007	material de limpeza ecológico
Grupo 2 (Médio Porte) 10 a 29 sócios			
EES E	Onze	2009	reciclagem
EES F	dezoito	2003	reciclagem
EES G	vinte e um	2005	reciclagem
EES H	vinte e cinco	2006	reciclagem
Grupo 3 (Grande Porte) mais de 30 sócios			
EES I	trinta	2001	metalúrgica
EES J	quarenta e oito	2005	artesanato
EES K	cento e dezesseis	1998	reciclagem
EES L	trezentos e oitenta	1991	habitação

Fonte: Elaborada pelo autor.

³ Na base SIES de 2007, o município de São Leopoldo aparece com vinte e seis EES. Sem possuímos dados mais atualizados, podemos conjecturar que esta pesquisa irá tratar com 30% a 40% dos casos existentes na cidade.

⁴ As variáveis são: tempo de duração dos empreendimentos, número de associados e renda mensal dos associados.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Considerando a metodologia utilizada e de acordo com os dados coletados na pesquisa que desenvolvemos até o momento, podemos conjecturar que os empreendimentos de pequeno porte, Grupo 1 (Figura 1), configuram-se em grupos informais de baixa remuneração cujo principal ramo de atividade são atividades pré-modernas – alimentação e o artesanato – dependentes da estruturação de feiras e oportunidades oferecidas por parte do setor estatal. Podemos inferir igualmente que os indivíduos se unem ou pela necessidade de obter uma renda extra ou em contexto de desemprego (constatação que também pode ser feita pelo acesso a base SIES) e inserem-se nas políticas públicas municipais gerando ao mesmo tempo dependência em relação aos benefícios concedidos pelas administrações e enfrentamento em prol das demandas que estas administrações não cumprem⁵. Constituem-se por laços de parentesco ou vizinhança e, de acordo com os depoimentos coletados, possuem um baixo nível de conflito e divergências internas⁶, de modo que as diretrizes coletivas são tomadas informalmente entre os membros, configurando uma espécie de democracia de proximidade. Esta informalidade na condução dos assuntos coletivos pode engendrar a emergência de lideranças, sejam autocráticas ou solidárias que personalizem o grupo tendo em vista a pouca mobilização de parte dos membros para assuntos coletivos mais amplos do que a produção.

Sobre este último ponto é interessante pensarmos, de acordo com Veronese (2007), que os EES de maior inserção econômica e social possuem presença marcante de lideranças. Essas, por sua vez, podem assumir tanto um papel democrático, de liderança solidária, quanto um papel concentrador do poder de decisão, de liderança tradicional/empresarial, e de uma forma ou de outra, normalmente, imprimem suas vontades na gestão da cooperativa. Considerando estes fatores, devemos analisar estes empreendimentos de forma inclusiva e gradual (SANTOS, 2005) e não de acordo com tipos ideais gestados teoricamente, sejam pelo lado liberal representativo, deliberativo ou participativo. Uma vez que são formadas pelos estratos mais baixos das camadas

⁵ Conforme observações do Fórum de São Leopoldo de Economia Solidária. Neste, os trabalhadores, diante da equipe da prefeitura municipal, questionam os problemas das políticas públicas implementadas pela secretaria do município responsável.

⁶ Mesmo que escasso, nos depoimentos destacam-se os conflitos internos devido às questões financeiras dos empreendimentos.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

sociais⁷, estão inseridos em uma economia capitalista globalizada em um país que possui um nível extremo de desigualdades sociais que, conseqüentemente, se complementa com uma educação pública ineficiente em formar cidadãos que participem da república (do latim “res publica”, "coisa pública"). Estes fatores, e muitos outros, ao mesmo tempo em que condicionam negativamente os procedimentos democráticos nestes empreendimentos, positivam as tentativas e possibilidades destes.

Já no Grupo 2 (Figura 1), composto essencialmente por associações de recicladores, percebemos um acréscimo significativo na renda dos trabalhadores⁸ que se deve, em grande parte, as oportunidades de mercado mais amplas do que as do Grupo 1, dada a freqüência e quantidade da matéria-prima em que estes trabalhadores estão apoiados. De acordo com os dados pesquisados até agora, os trabalhadores, em sua maioria, também são parentes, vizinhos ou moradores do mesmo bairro, o que possibilita inferirmos que neste segundo grupo também há uma democracia onde a proximidade, baseada em laços de pertencimento, está presente. No entanto, devido à institucionalização em forma de associação destes grupos, se estabelecem procedimentos mais formais de gestão coletiva que, de certa forma, condicionam e estimulam os sócios a participarem das decisões coletivas. Embora possuam tais características que favoreçam a participação dos trabalhadores, percebemos, através das entrevistas, pouca rotatividade nos cargos de direção e uma dificuldade em lidar com os conflitos internos dos empreendimentos. Dos dois empreendimentos analisados até então, no EES E, segundo depoimento de um trabalhador, uma família monopoliza, por ser a maioria, as decisões em assembléia, dificultando a escolha de opções divergentes. Neste mesmo empreendimento ocorre outro fenômeno também interessante que é a hibridização da função do tesoureiro com o cargo de assessor de um vereador municipal, indicando uma fluidez entre as fronteiras de ambas as instituições. Outro caso é do EES H em que uma mudança de diretoria fez com que, gradualmente, todos os funcionários que pertenciam a administração anterior, abandonassem a associação,

⁷ Segundo dados obtidos em um empreendimento, 7% dos sócios eram analfabetos, 77% possuíam o ensino fundamental incompleto, 9% fundamental completo e 3% o ensino médio completo. Acreditamos, também de acordo com as entrevistas, que esta seja uma tendência nos empreendimentos.

⁸ Enquanto no primeiro grupo não observamos trabalhadores com renda maior do que 200 R\$/mês, no segundo a renda, em sua maioria ultrapassa um salário mínimo.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

transparecendo a tensão já mencionada entre o poder comunicacional e o poder administrativo.

Devido ao estágio inicial em que se encontra esta pesquisa ainda não analisamos nenhum empreendimento referente ao Grupo 3 (Figura 1) em que há uma maior quantidade de sócios. Contudo, se pensarmos de acordo com a literatura especializada, encontraremos neste grupo um modelo de democracia mais próximo ao da representativa, devido ao grande número de sócios dos empreendimentos e à impossibilidade de que estabeleçam mecanismos mais democráticos de decisão. Hipótese esta, que poderá ou não ser refutada, de acordo com a pesquisa a ser desenvolvida. Na próxima parte do texto, analisamos os fóruns em que os diversos empreendimentos se inserem e as possibilidades de construção democrática que estes engendram.

5. Os fóruns e a construção de um espaço público

Como tentamos mostrar até então, a relação da economia solidária com a democracia possui diversas facetas e nos tem desvendado um fenômeno de complexa apreensão. A heterogeneidade das formas que adquire se refletem também em suas práticas dificultando, assim, o estabelecimento de parâmetros para as verificações que pretendemos, pois além das diversas dinâmicas internas dos próprios empreendimentos, há toda uma gama de redes que fortalecem a razão de ser desta outra economia. Exemplo notório vislumbra-se na introdução do tema na agenda política nacional por meio de diversas instituições, redes e movimentos sociais favoráveis ao tema e que se mobilizaram em prol da criação da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) em 2003.

Especificamente no caso que estudamos do município de São Leopoldo/RS, segundo os depoimentos coletados, o Fórum de Recicladores de São Leopoldo (FRSL) foi criado a partir do momento em que a cidade sediou o II Congresso Latino-Americano de Recicladores, no ano de 2005, que contou com a participação de 1050 pessoas de diversos países. Criado de maneira autônoma pelo próprio movimento incipiente que se organizava na cidade, atualmente, tanto a ação do poder público,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

quando a ação da UNISINOS (Universidade do Vale do Rio dos Sinos) favorece e auxilia o florescimento de empreendimentos.

Através das análises realizadas, percebemos um movimento contraditório em seu atual desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que surgiu autônomo, fruto da mobilização de alguns trabalhadores da região, atualmente há, por parte dos empreendimentos, uma dependência excessiva das redes de apoio, dos agentes mediadores e também do poder público para seu manutenção. Contudo, devemos também levar em conta que grande parte destes empreendimentos surgiram de maneira autônoma no final da década de 1980 e se proliferaram durante a década de 1990 como formas de combate a pobreza. Assim sendo, esta contradição se estabelece de maneira dialética de modo que os empreendimentos não desejam depender das políticas governamentais, ao mesmo tempo em que necessitam de seu auxílio e de políticas públicas específicas para dar visibilidade ao setor em meio a um mercado competitivo.

Neste sentido, o FRSL apresenta uma solução democrática para tal encruzilhada uma vez que os trabalhadores buscam neste espaço, soluções coletivas para os problemas enfrentados no dia-a-dia da fábrica. Idealizado pela UNISINOS, atualmente conta com sete empreendimentos que representam aproximadamente duzentos e quinze trabalhadores. Este fórum ainda se articula em uma esfera de representação de maior âmbito, o Fórum do Vale dos Sinos de Recicladores, que engloba aproximadamente dez cidades e vinte empreendimentos, totalizando aproximadamente quatrocentos e setenta trabalhadores. Estes fóruns são abertos a participação dos integrantes do governo, de entidades de apoio e ao público em geral, mas, em sua maioria, são compostos por presidentes e vice-presidentes que representam o coletivo no qual trabalham, por representantes de universidades que possuem incubadoras e outras entidades de apoio.

Em uma análise inicial destes espaços, notamos que, apesar da dependência técnica/administrativa das universidades (dependência técnica) e de recursos do aparelho estatal⁹, no FRSL são os trabalhadores que determinam a pauta das reuniões,

⁹ Esta dependência se dá em dois sentidos: 1) a universidade atesta, participando de diversos processos internos, se o empreendimento cumpre com os pressupostos da economia solidária. 2) com esta verificação ou ajuda da universidade, a prefeitura municipal libera recursos trimestrais para os empreendimentos.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

colocando uma diversidade de situações que expõe as demandas e os problemas mais amplos tanto da classe de trabalhadores de recicladores em si, quanto dos casos das associações e cooperativas individuais. A partir deste movimento buscaram-se soluções coletivas para os problemas apontados no fórum. Percebemos que neste processo de deliberação os trabalhadores deixam de pensar somente no seu interesse como membro de determinado empreendimento e se colocam diante dos demais como parte de um todo que também está envolvido em enredos semelhantes. Com este reposicionamento em relação aos outros e a sociedade, os trabalhadores gradualmente se dão conta do poder que sua ação coletiva pode engendrar frente ao estado. Destas observações, podemos posicionar o FRSL como uma espécie de espaço público que possui, acima de tudo, uma dimensão democrática. Segundo Laville (2004) estes espaços estimulam uma aprendizagem de vida pública e contribuem para tornar a democracia mais viva porque são a consequência de atores da sociedade civil que tomam a palavra sobre os seus próprios problemas concretos. Acreditamos que articulando espaços mais amplos de participação de diversos empreendimentos além do local de trabalho, a dimensão política da economia solidária torna-se mais constitutiva de sua prática e de sua dimensão socioeconômica.

Este acesso a uma esfera pública onde possa haver o diálogo entre os trabalhadores e que este possibilite a construção de opções coletivas mais consensuais vai ao encontro do que delimitamos anteriormente como democracia deliberativa, uma vez que não presenciamos nessas reuniões a necessidade de votação direta nos moldes participativos. Estes fóruns servem como contrapeso as atividades diárias dos empreendimentos, pois nele as suas lideranças também testam sua credibilidade como líderes solidários ante a um conjunto de outras lideranças¹⁰. Acreditamos que o conceito de espaço público de proximidade, embora formulado para a realidade européia, pode dar indícios para começarmos a pensar tais práticas na América Latina:

¹⁰ É importante ressaltarmos tal aspecto, pois em uma reunião que presenciamos, determinada liderança acabou por ter sua legitimidade questionada uma vez que acumulava um cargo de confiança no município com o trabalho na associação. Esta hibridização/fluidez que servia para articular os interesses dos empreendimentos do FRSL com os do estado – marcando reuniões, angariando recursos – acabou se esvaziando à medida que o trabalhador começou a atuar somente de acordo com os interesses estatais. Por esta razão, este trabalhador foi demitido da associação. Este trajeto empreendimento-máquina estatal-empreendimento ocorre especificamente com dois trabalhadores do município e merecem pesquisas mais detalhadas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

“Los espacios públicos de proximidad pueden asimilarse en esto a las formas de democracia dialógica en el sentido de que la emergencia, del interés general resulta menos de un debate público organizado por los poderes públicos entre los representantes elegidos que entre las diferentes partes involucradas directamente concernidas por las actividades socio-económicas.” (FRAISSE, 2004, p.247)

Embora também sejam nítidos alguns vazios de representação expressos na pouca rotatividade dos membros que participam e tomam a palavra já no fórum municipal, no fórum regional este problema será ampliado. As fragilidades destas experiências advêm de diversos motivos, desde a pouca visibilidade que possuem até problemas estruturais da nossa sociedade como o grau de instrução dos trabalhadores que acabam por silenciar diante um orador mais rebuscado que, conseqüentemente, resulta na falta de mobilização. Apesar disto, uma vez que estes fóruns se definem como espaços abertos e de palavras comuns, cuja preocupação reside na participação dos trabalhadores e seu empoderamento em questões que lhe são próprias, a importância de seu funcionamento e aprimoramento se faz vital para pensarmos uma democratização da esfera laboral. Assim, estas movimentações são de grande valia para nossa sociedade, pois, sem pensarmos também a questão da democracia na economia, qualquer arranjo nas instituições políticas em prol de maior mobilização e qualidade democrática não terá sentido, tendo em vista a possibilidade de persistência da hierarquização e das desigualdades presentes no âmbito econômico.

6. Apontamentos finais

Muito menos do que trazer uma conclusão sobre as práticas estudadas até então, este trabalho busca dar os primeiros passos para as análises que poderão ser feitas com o material que está sendo coletado. No atual desenvolvimento das pesquisas sobre economia solidária, entretanto, parece-nos essencial relacionarmos o próprio conceito de democracia, em suas diversas variáveis, com a economia solidária uma vez que a relação da democracia com as dinâmicas internas e externas dos empreendimentos ainda não foi explorada à exaustão no cenário acadêmico nacional. No mesmo sentido, sendo a autogestão, ou seja, a participação de todos os trabalhadores nas decisões da empresa, sua característica mais distintiva no plano teórico, cabe a nós, pesquisadores, problematizarmos em que medida este novo fenômeno social efetiva tal princípio na



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

prática. Neste âmbito, a ciência política, especificamente no que tange as teorias da democracia, tem muito a contribuir, desde que vislumbrada como uma disciplina do poder em suas diversas facetas da sociedade.

Assim, este trabalho partiu de uma preocupação tanto teórica – da relação mais profunda do conceito de democracia com o de economia solidária – quanto empírica – da maneira como esta relação se estabelece na vivência dos empreendimentos. Desta preocupação capturamos, inicialmente, a diversidade de visões sobre a democracia e seu estabelecimento no ambiente econômico. Desde a perspectiva representativa, participativa e deliberativa, abordamos seus tipos-ideais e tentamos mostrar suas diferenças quando transpostas para o âmbito econômico. A partir disto, apontamos a complexa teia de relações estabelecidas tanto internamente nos empreendimentos, quanto externamente em relação aos fóruns, ao poder público e às entidades de apoio. Antes de configurarem-se em um tipo puro de democracia, como pretende o conceito de autogestão, podemos dizer até o momento que sua característica mais básica é a mescla dos diversos modelos. Enquanto em empresas de médio porte, por exemplo, a representação e a participação através do voto periódico frequente¹¹ são priorizadas, nas empresas de menor porte, uma democracia informal deliberativa se estabelece. O mesmo acontece nos fóruns, onde, normalmente, se busca o consenso por meio da fala dos diversos atores envolvidos.

Pelo que pudemos constatar até aqui, a economia solidária de fato estabelece senão relações igualitárias, no mínimo relações mais justas no ambiente de trabalho, onde a possibilidade da mudança de padrões vigentes está muito presente, junto da possibilidade de construções de opções coletivas. Por este viés, a economia solidária possibilita uma gradual emancipação dos trabalhadores que, em meio a todas as dificuldades presentes em nosso sistema econômico e político, projetam-se como protagonistas de suas próprias vidas.

Bibliografia

¹¹ Esta frequência tende a ampliar a normatividade representativa, uma vez que se estabelecem nas empresas reuniões mais regulares, normalmente semanais.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Princeton: Princeton UP, 1963.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

CASTORIADIS, Cornelius. **Figuras De Lo Pensable: Las Encrucijadas Del Laberinto Vi**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica de Argentina, 2001.

DAHL, Robert A. **Um prefácio à democracia econômica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: UnB, 2001.

FRAISSE, Laurent. **Economía solidaria y democratización de la economía**. In: LAVILLE, Jean-Louis (Org.). **Economía Social y Solidaria. Una Visión europea**. Buenos Aires: Altamira, 2004.

GAIGER, Luiz et al. (Orgs.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GUGLIANO, Alfredo. A. **Democracia, participação e deliberação**. Civitas, v. 4, n. 2, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**, vol. II. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1997.

HIRST, Paul. **A democracia representativa e seus limites**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LAVILLE, Jean-Louis (Org.). **Economía Social y Solidaria. Una Visión europea**. Buenos Aires: Altamira, 2004.

LEFORT, Claude. **Pensando o Político: Ensaios Sobre a Democracia, Revolução e Liberdade**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1991.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo, "Para ampliar o cânone democrático", in Santos, Boaventura de Sousa (org.), **Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SARTORI, Giovanni. **Qué es la democracia?**. Buenos Aires: Taurus, 2003.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

VERONESE, Marília Veríssimo. **As possibilidades de constituição de uma liderança autogestionária na economia solidária.** ABRAPSO - Rio de Janeiro Novembro/2007. Disponível em: www.ecosol.org